

# Pais querem revogação da liberdade vigiada

O decreto 95.720, que liberou as mensalidades escolares, recebeu a pena máxima de um júri formado, em sua maioria, por pais de alunos, além de alguns professores e estudantes. Eles reivindicam a revogação total do documento por considerarem que o mesmo só favorece aos proprietários de escolas, que podem cobrar o que quiserem e da forma que bem entenderem.

Reunidos na sala da conjuntura do edifício sede do MEC, representantes de 12 Associações de Pais de Alunos espalhadas pelo País, que desde ontem estão discutindo, a educação no Brasil, apresentaram alternativas para o ensino, como a criação de uma escola de co-gestão entre Governo e comunidade e, de quebra, mostraram como o decreto mexeu no bolso de muita gente.

A prova são as reclamações que o Procon vem recebendo nos 10 últimos dias. A diretora do órgão, Elisa Martins, esteve presente ao encontro e, munida de um calhamaço de papéis, deu uma idéia de como andam os abusos na cidade: "Há escolas que resolveram **oteenizar**, como a Faculdade de Odontologia do Planalto Central que, de Cz\$ 22 mil cobrados em fevereiro, reajustou as mensalidades em março em 26 OTNs".

## EXTRAPOLANDO

Mesmo quem preferiu perma-

necer no cruzado resolveu aproveitar a chance determinada pelo decreto e extrapolou. O caso mais gritante, segundo ela, é o curso de processamento de dados da Católica. Em dezembro, a mensalidade era de Cz\$ 3 mil e 10; e, agora em março, já está em Cz\$ 22 mil.

Os exemplos levados pela diretora do Procon serviram apenas para ilustrar a reunião, já que todos que estão participando sabem muito bem como está a situação de Norte a Sul do País. Em todos os locais a realidade é a mesma. Segundo o representante do Piauí, Francisco Alcides do Nascimento, antes mesmo do decreto, as escolas já estavam liberadas, "pois só no ano passado várias reajustaram as mensalidades em torno de 700 por cento". Acrescentou que, enquanto isso, os professores tiveram um aumento de apenas 91 por cento.

Para eles, a justificativa dos proprietários de estabelecimentos de ensino, de que as mensalidades precisam ser acrescidas, devido aos reajustes nos salários dos professores, não convence. "De março de 87 até agora, as escolas reajustaram as prestações em 1 mil por cento. Já os salários com pessoal, considerando-se as URPs, gatilhos, resíduos e até o índice de 96.42 por cento que eles estão propondo, chegou a apenas 400 por cento", diz Lúcia Carvalho, presidente do Sindicato dos Pro-

fessores de Brasília.

## DIEESE

Revelando números do Dieese, disse que uma escola gasta muito pouco com pagamento de pessoal. "Os custos não chegam a 40 por cento, ficando o restante comprometido com a manutenção e o lucro. Sendo assim, não é o salário do professor que gera este aumento que eles estão impondo".

Também os alunos estão indignados. "A única vitoriosa com o decreto foi a Federação Nacional das Mantenedores", disse William Alberto, da diretoria da Une, que também participou do encontro no MEC. Para ele, a expressão "liberdade vigiada" é uma grande piada. "Vigiada por quem? Só se for por Deus. A pena para reajustar demais deve ser não ir para o Céu", ironizou.

Garante que os estudantes não pretendem se calar diante deste fato. "A escola particular, principalmente a de terceiro grau, não é uma opção, é atualmente a única saída. Para que a situação seja revertida, estamos dispostos a organizar uma jornada nacional de mobilização, que deverá acontecer nas principais capitais, de 21 a 26 de março". Em Brasília, o ato de protesto terá lugar no Ceub e na Católica, onde a comunidade estudantil pretende sepultar o decreto.